

A comunidade de pescadores da região de Itaipu, no município de Niterói, reconhece ainda na primeira metade do século XX, a importância histórica que as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa datadas do século XVIII, possuem para a valorização simbólica da região. Com a inscrição das ruínas do Recolhimento no Livro de Tombo de Belas Artes, em 8 de janeiro de 1955, a comunidade que habitava o interior do prédio é removida e passa a habitar no entorno, sem nenhum tipo de trauma social. Em 22 de março de 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) é criado com a coleção Hildo de Mello Ribeiro, um importante morador da região e fiscal de pesca que tinha por hábito o colecionismo de artefatos arqueológicos. Ele era considerado um amador por ser descabido de métodos científicos ao coletar vestígios dos povos sambaquieiros que habitaram a região. Também fazia parte do acervo os achados do Recolhimento, tais como porcelana, entre outros objetos que pertenciam as recolhidas. Por volta de 1979, o museu recebeu os Blocos-Testemunhos retirados da pesquisa de salvamento de Camboinhas. A ação coordenada pela Profª Lina Kneip do Museu Nacional, pretendia “salvar” os sítios arqueológicos da região durante os projetos de urbanização ocorridos em Itaipu naquele período. Além disso, em 1979 há a doação de uma canoa de jequitibá (que não era mais utilizada para atividade de pesca, porém servia como cocho para o tingimento de redes de pesca e que também pertencera a um morador da região).

O MAI passou por períodos intermitentes de funcionamento ao longo dos anos 1980 e 2000. O Museu se distanciou da comunidade que outrora o reivindicou, ocasionando um processo inverso ao da luta pela memória. Segundo a diretora do MAI Maria de Simone Ferreira, a antiga exposição permanente não retratava a memória da região de Itaipu. Tinha como foco o acervo arqueológico de todo o litoral do Estado do Rio de Janeiro. Possivelmente, tais fatos teriam provocado um hiato na relação Museu x Comunidade, que hoje pouco reconhece o valor simbólico do prédio histórico e o esforço dos seus antepassados em preservar esta memória.

A nova exposição permanente busca minimizar estes efeitos negativos, trazendo um acervo mais institucional e que remete a comunidade de Itaipu. A galeria funciona dentro da antiga Capela do Recolhimento que foi restaurada para abrigar estar dentro dos padrões museológicos e museográficos ideais.

No entanto, o MAI situa-se numa área muito peculiar da região metropolitana. Fica à beira-mar, cercado por uma comunidade de pescadores tradicional, uma praia muito visitada, dezenas de quiosques e um Parque Estadual que compreende uma grande área de mata atlântica, dunas e morros. Porém, essa região sofre com o aumento desordenado de moradores, que traz consigo poluição, moradias irregulares, desequilíbrio ecológico, entre outros problemas.

Bem próximo ao MAI, encontra-se o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) que também foi criado por aclamação popular. A área de preservação do PESET compreende parte dos municípios de Niterói e Maricá. Com a criação do Parque, mais uma vez percebe-se a ação da comunidade em prol da preservação da memória e da formação do caráter identitário do seu entorno. Contudo, o PESET encontra-se fragilizado devido a intensa ação antrópica. Há esforços de alguns segmentos da sociedade e da esfera pública que combatem a degradação da região. Estes são representados principalmente pelos moradores tradicionais do Morro das Andorinhas, pelo MAI e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), além de outras entidades da sociedade civil que lutam pela sobrevivência da área.

O PESET abrange a Duna Grande, o Morro das Andorinhas e futuramente as Ilhas Pai e Mãe Menina, ou seja, todo o entorno do bairro Itaipu até o município de Maricá. A Duna Grande é um importante sítio arqueológico, pois era o local onde os primeiros habitantes da região se alimentavam, com os mariscos retirados das ilhas Pai e Mãe Menina. Importante lembrar que de Itaipu se tem a visão para a Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, o que aproxima o visitante da vida urbana da capital fluminense. Segundo o Coordenador de Uso Público do INEA Fernando Mathias, o PESET está conseguindo implantar o projeto de demarcação da área através de placas, o que tende a facilitar o reconhecimento da comunidade de Itaipu, bem como dos visitantes de outras regiões, para a área de preservação ambiental. Ainda segundo ele, o MAI é um grande parceiro na formação de público e de consciência na relevância do acervo histórico-cultural-ambiental de Itaipu.

No Morro das Andorinhas encontramos o Seu Bichinho morador mais antigo da região. Ele nos conta que era pescador e a vida dos seus antepassados e companheiros, de como era complicada. Mas, aponta que antigamente, a quantidade de peixes era superior a atual. O INEA possui um trabalho dentro da comunidade do Morro das Andorinhas de conscientização ambiental e a formação de agentes capazes de equilibrar turismo com sustentabilidade. Para isso, utilizam um morador da região como guia do Morro das Andorinhas. Este morador conhece grande parte da mata e das trilhas e mostra como sua família aprendeu a conviver com a natureza.

Por outro lado, uma crescente área de luxo na encosta do Morro, no bairro de Itacoatiara, preocupa tantos os moradores da região, quanto os fiscais do INEA. Há um embate entre os moradores tradicionais que residem no alto do morro e os novos oriundos da classe alta fluminense, que constroem suas casas de maneira inadequada em áreas de preservação, assemelhando-se ao que acontece em comunidades do Rio de Janeiro. Há um certo desconforto entre os que desejam preservar o PESET e aqueles que querem transformar este bem público em um produto do mercado imobiliário. Houve uma recente demarcação do Parque que retirou o condomínio de classe alta no bairro de Itacoatiara da área de preservação, o que provoca um sentimento de revolta na comunidade tradicional do Morro das Andorinhas.

Relacionando todos estes aspectos, é possível concluir que a comunidade de Itaipu deseja manter viva a memória que permeia o bairro. Seja ela relacionada com a pré-história, bem como a história mais recente. A região conta com diversos aparatos que intriga o pesquisador a tentar descobrir o que motiva uma comunidade a pedir pelo tombamento de um prédio, bem como do entorno, num verdadeiro sentido do preservar. Paradoxalmente, esta mesma comunidade esquece o Museu que eles próprios criaram ao longo dos anos. De fato, não acredito que houve um abandono da comunidade em relação ao espaço do MAI ou do seu entorno, mas sim o Museu que durante anos não se preocupou em cumprir a missão de representar as suas próprias raízes e de quem motivou a sua criação.

Atualmente, a gestão do MAI percebe estes pontos que prejudicaram o papel do Museu em pertencer ao cotidiano dos moradores. Medidas como festivais, festas, utilização do espaço interno estão sendo pensadas para atrair este público que não se perdeu, apenas está adormecido esperando reacender a “vontade de Museu”¹ na comunidade.

¹ Expressão Atribuída ao Prof. Mário de Souza Chagas PPGMS/UNIRIO durante aula no curso de Museologia